



**CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final**

**PARECER**

**DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL, SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 104/2017.**

**Autoria do Vereador ALEXANDRE ARAUJO MARÇAL**

**Assunto: Projeto de Lei – Denomina Avenida Seiscentos no Bairro TIMS.**

A Presidência desta Casa de Leis encaminhou-nos o processo para a necessária averiguação de sua constitucionalidade e do interesse público em sua realização, com conseqüente emissão de Parecer conforme determina o art. 65 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Como de sabença comum, estabelece a Lei Orgânica do Município da Serra no seu artigo 73 e no inciso XXXVIII, de seu artigo 99, que compete concorrentemente aos Poderes Municipais (Executivo e Legislativo) a edição de leis que versem sobre a denominação de próprios e logradouros públicos. A propósito, vejamos a redação dos aludidos dispositivos legais:

\*\* Lei Orgânica do Município da Serra:

**“Art. 73 - *Compete ao Prefeito, com a aprovação da Câmara Municipal, dar denominação aos Prédios Municipais e aos logradouros Públicos.*”**

**“Art. 99 - *Compete à Câmara, com a sanção de Prefeito:***

**(...).**

**XXXVIII - *dar denominação a imóveis, vias e logradouros públicos;*” (...).**



**CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final**

Deste modo, em sendo a “Avenida” em destaque via pública pertencente ao Município da Serra, possui esta Câmara de Vereadores competência legislativa para conferir-lhes denominação, pelo que, neste ponto, resta devidamente constatada e comprovada a constitucionalidade do Projeto de Lei em apreciação.

Pois bem. Passando ao outro pólo da questão, ou seja, à verificação do interesse público na elevação do Projeto ao patamar de Lei Municipal, identifico que tal requisito resta satisfeito pelo fato de que interessa ao Município da Serra como um todo, e particularmente aos empresários dar denominação adequada à Avenida em questão, facilitando a sua localização e a execução de serviços como o dos Correios por exemplo.

Não obstante, considerando tratar-se de manifestação de vontade direta dos empresários, por si só demonstra o interesse público na realização da norma em avaliação.

No mais, o processo em questão observou até agora as regras de tramitação estabelecidas pelo do Regimento Interno deste Poder Legislativo

Posto isso, firmado em todas as razões e fundamentos já consignados, opinamos favoravelmente ao seu prosseguimento na forma como se encontra.

Estando, desta forma, o Projeto de Lei 104/2017 em condições de ser aprovado no que diz respeito aos aspectos que cumpre a esta Comissão analisar.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 25 de julho de 2017.

***MIGUEL MATES SANTOS***

**Relator**

***ALEXANDRE ARAUJO MARÇAL***

**Membro**

***STEFANO SBARDELOTTI DE ANDRADE***

**Membro**